

O CEBES VIVE - VIVA O CEBES!

Plataforma Política para a Diretoria Nacional, gestão 2006 - 2009, lançada durante a posse.

1 - A necessidade de repensar o lugar do CEBES na conjuntura atual foi colocada ao serem levantadas dúvidas sobre as possibilidades e perspectivas de sua continuidade. Para além do valor histórico de uma instituição que tem sua trajetória confundida com a luta pela Reforma Sanitária no Brasil, trata-se de avaliar sua viabilidade e perfil nas circunstâncias atuais. Os êxitos do Movimento Sanitário foram responsáveis por grandes alterações do aparato institucional estatal na área de saúde bem como pela emergência de um novo tecido da sociedade civil, que deu origem a fortes instituições como os Conselhos de gestores e a ABRASCO, às quais vieram a se juntar a Rede UNIDA e a AMPASA. Junto com elas o CEBES tem participado na Plenária das Entidades da Saúde em conjunto com a Frente Parlamentar da Saúde na Câmara Federal. Grande parte deste esforço tem sido em defesa de uma fonte de financiamento estável para o SUS, por meio da regulamentação da Emenda Constitucional no. 29. Esta é uma prioridade que requer a mobilização constante de todas as entidades.

2 - Se bem a maior parte destas lideranças encontrem suas raízes na matriz Cebiana, a pergunta que surge é sobre a necessidade e possibilidades de manutenção da instituição CEBES neste cenário. A resposta que damos a esta questão é que o CEBES é hoje, imprescindível para fazer avançar a Reforma Sanitária. Por isto estamos propondo sua refundação, entendida como o encontro com suas características originais de espaço da discussão da política em saúde, para além do espaço da discussão da política de saúde. Este lugar é onde se dá o encontro do conhecimento científico com a análise política, que, sem duplicar o trabalho da academia, das organizações corporativas ou dos partidos políticos, permite transformar o saber em propostas estratégias de intervenção política na realidade.

3 - O CEBES é um espaço plural e não partidário, comprometido com a construção da Democracia em Saúde, entendendo que a democracia vai além da institucionalidade e da representação, passando pela construção de uma esfera pública plural e inclusiva, onde os cidadãos se reconheçam como iguais e sujeitos de direitos. Isto implica, necessariamente, na transformação do aparato institucional, forjado na tradição clientelista e patrimonial, em um campo permanente de luta por espaços de participação e garantia dos direitos das populações marginalizadas, por meio de um processo que perpetua o exercício elitista do poder. Portanto, a renovação institucional e a inovação gerencial para democratização da saúde fazem parte de um projeto que merece mobilização constante, e o CEBES será um ator autônomo, capaz de forjar redes políticas que exerçam a crítica como instrumento de reflexão e ação.

4 - Mais do atuar na trincheira do aparato estatal o CEBES tem como missão a luta pela hegemonia, participando na construção e ampliação da consciência sanitária e na constituição de sujeitos políticos emancipados. A disputa por projetos de sociedade - da liberal à socialista - se dá com cada vez maior intensidade, incidindo no campo social por meio da difusão de valores individualistas, consumistas e submissos a uma inexorabilidade que prescinde da história e da política. Ao lutar pela compreensão da saúde coletiva, como um bem público e socialmente determinada, propugnando sistemas de atenção baseados nos valores da solidariedade e na garantia de direitos; nas práticas integrais da promoção à reabilitação; na exigência da participação ativa dos cidadãos nas decisões sobre sua saúde e sobre a política de saúde, estamos permanentemente lutando por uma sociedade mais justa. O CEBES precisa existir e se tornar um interlocutor dos meios de comunicação massivos, difundindo conhecimentos e valores que nos conduzam à busca de respostas que permitam aglutinar as forças sociais que se orientam pela busca da paz e redução da violência.

5 - A trajetória da Reforma Sanitária é um enredo complexo entre a força de um forte movimento de transformação social, ou seja, instituinte, e a bem sucedida estratégia de ocupação de espaços instituídos. Contraditoriamente, a cada vez que se avança nos espaços instituídos, o que representa nossa pujança e presença na correlação de forças, novas contradições se colocam, a principal delas sendo a redução do poder de transformação do movimento sanitário. Se o poder é mais bem percebido pelo que ele é capaz de concretizar institucionalmente, ele só tem sentido e direção se se mantiver unido às bases sociais que

radicalizam a demanda democrática. O CEBES não pode perder esta característica de movimento social, capaz de empolgar pelo vigor de sua proposta e, ao mesmo tempo, as características de uma organização social, capaz de incidir na realidade com a clareza de suas propostas e sua capacidade de articulação política.

6 - A institucionalização da Reforma Sanitária correspondeu a um enorme avanço democrático e ao estabelecimento de um novo marco civilizatório, no qual o direito à saúde se encontra legalmente entronizado. No entanto, a não realização deste direito no cotidiano da população em sua interação com uma realidade institucional precária, é um permanente solapamento da cultura e dos valores da democracia, levando cada dia mais a seu descrédito. Esta tarefa, de fazer com que os direitos enunciados se transformem em direitos em exercício pleno da cidadania continua pendente e requer nossa ação política contundente e não conivente com a ineficiência e ineficácia, com o clientelismo e a corrupção, com qualquer forma de discriminação. Nossa tarefa no CEBES é demonstrar que um sistema público universal, de qualidade e humanizado é viável, hoje.

7 - O crescimento de um mercado competitivo em saúde que se consolidou antes de sua regulação requer um esforço de nossa parte para pensar formas de intervenção pública que garantam os direitos dos consumidores e a ética profissional, além de condições de trabalho adequadas nestes serviços. Necessário se faz reverter as formas atuais de drenagem de recursos públicos para a atenção privada em saúde. A produção de insumos e tecnologias, subordinada a uma lógica de acumulação capitalista precisa ser revertida para a produção de bens e serviços em função das necessidades. O CEBES deve se articular com os movimentos nacionais e internacionais que se mobilizam em torno da produção de medicamentos e garantia de atenção à saúde para os países e populações pobres.

8 - A institucionalização das políticas sociais no novo padrão constitucional baseado na descentralização e participação gerou uma arquitetura institucional inovadora, porém de eficácia limitada, pois a participação social ficou determinada pelo desenho institucional do aparato estatal. A superação desta fragmentação nos permitirá levar à prática a integralidade das políticas cuja centralidade deverá ser sempre o cidadão usuário. Só se articulando com os demais atores políticos da sociedade civil organizada poderemos transcender a fragmentação que nos retira potencialidade. O CEBES poderá jogar um papel crucial na articulação política da Seguridade Social, viabilizando o fortalecimento dos atores sociais no âmbito da Seguridade com a efetivação de Conselhos, Conferências, e ações intersetoriais de forma a dar realidade ao Orçamento da Seguridade Social.

9 - A sociedade civil organizada tem se articulado em redes que buscam pensar formas mais eficazes de atuação política, permitindo superar os limites impostos pela setorialização, fragmentação e tentativas de cooptação. O CEBES necessita assumir um papel neste movimento social, articulando-se com a sociedade civil organizada para pensar os limites da democracia brasileira. Só com uma organização forte da sociedade civil podemos fazer a democracia avançar no sentido de redução do uso das políticas públicas como moeda de troca para apoio dos governantes, exigindo o aumento da participação social nas áreas econômicas que decidem o uso dos recursos públicos, o aumento da transparência nas contas públicas e nos processos decisórios, o fortalecimento das carreiras públicas, a regulamentação dos mecanismos legislativos de iniciativa popular, o caráter impositivo do orçamento aprovado pelo Congresso com a eliminação das emendas individuais, a reforma eleitoral.

10 - O Brasil encontra-se em uma situação de impasse na área econômica, prisioneiro da política de estabilização que tem funcionado como um freio ao crescimento econômico, distanciando-nos das demais economias emergentes. Só os países que apostaram em um projeto nacional de desenvolvimento foram capazes de inserir-se no processo de globalização de uma forma mais autônoma e que contemple seus interesses. A subordinação à lógica especulativa da economia financeira tem sido uma constante nos últimos governos, contaminado de forma indelével o pensamento econômico governamental e acadêmico. CEBES deve se unir aos demais setores da sociedade brasileira para pensar um projeto de desenvolvimento nacional que seja capaz de nos colocar em posição de destaque no cenário internacional e nos permita incidir, de forma cada vez mais efetiva, na construção da paz

mundial e de um mundo mais justo. No entanto, isto só será possível se formos capazes de produzir, internamente, uma sociedade nacional mais igualitária, justa e coesa.